

A revolta camponesa de Trombas e Formoso e a contribuição da teoria anarquista

The peasant revolt Trombas and Formoso and the anarchist theory contribution

Leon Martins Carriconde Azevedo

Graduado em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB)

Técnico em desenvolvimento rural do Instituto Ambiental Brasil Sustentável

leon.azevedo@hotmail.com

Resumo: Nas décadas de 1940 e 50 diversas lutas camponesas tiveram como um de seus fatores de explosão as políticas de colonização agrícola do governo federal, nas chamadas “frentes de expansão”. Dessa política em Goiás emerge o conflito agrário em Trombas e Formoso. O conflito de Trombas e Formoso durará uma década, formando uma experiência de autogoverno dos camponeses mas será reprimido duramente pela ditadura. A história do movimento dos trabalhadores rurais de forma geral, está marcada pela sua relação com a ditadura. O objetivo geral é compreender a dimensão socioterritorial do conflito em Trombas e Formoso em meados o século XX, mais especificamente nas décadas de 1950-1960. Esse estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica que buscou a todo o momento responder e, principalmente, problematizar a ação territorial camponesa.

Palavras chave: Luta camponesa. Trombas e Formoso. História do Brasil. Anarquismo. Luta armada.

Abstract: In the 1940s and 50 many peasant struggles had, as one of its blast factors, the agricultural colonization policies of the federal government in the "expansion fronts." From this policy in Goiás emerges the agrarian conflict in Trombas and Formoso. The conflict Trombas and Formoso will last a decade, forming a self-governing experience of the peasants that was, after all, repressed by dictatorship. The history of the movement of rural workers in general, are marked by their relationship to the dictatorship. The overall goal of this article is to understand the socio-territorial dimension of the conflict in Trombas and Formoso in the mid twentieth century, specifically in the decades of 1950-1960. This study was developed through literature review which sought at all times to answer and mainly discuss the peasant territorial action.

Keywords: Peasants struggle. Trombas and Formoso. Brazilian history. Anarchism. Armed struggle.

Originais recebidos em: 22/07/2015

Aceito para publicação: 17/09/2015



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License.

Introdução

Nas décadas de 1940 e 50 diversas lutas camponesas tiveram como um de seus fatores de emergências políticas de colonização agrícola do governo federal, nas chamadas “frentes de expansão”. Iniciava-se em nosso país um período marcado por um forte discurso governamental e uma forte ideologia das classes dominantes no sentido do “nacionalismo” e do desenvolvimento capitalista (reproduzidas em maior ou menor grau pelo próprio Partido Comunista). Essa ideologia estatal se traduz naturalmente pela via da geopolítica, ou seja, visando a instrumentalização do espaço para fins político-militares, o que no caso do Estado brasileiro indicava a importância da unificação nacional, especialmente através da colonização civil, mercantil e estatal do território. Os chamados “espaço vazios” deveriam ser não apenas preenchidos, mas, principalmente, conectados e centralizados geograficamente através das ferrovias e rodovias nacionais.

A política de Getúlio Vargas de “marcha para o Oeste” que visava essa unificação do território nacional tinha no estado do Goiás um ponto estratégico de ligação da Amazônia com o restante do país. Essa política modificará a configuração econômica e política (portanto, da luta de classes) na região central do país.

Esse período de grandes transformações econômicas, políticas e territoriais terá um forte impacto sobre diferentes características da vida nacional. Segundo dados trazidos pelo estudo de Milton Santos (2008) há um alto crescimento da população global do país, passando de 30 milhões em 1920, para cerca de 83 milhões em 1965. Além disso, inicia-se um processo histórico de êxodo rural, onde a população urbana passa a crescer muito mais que a população rural (está última chegando a ficar estacionária nos anos de 1950 e 1960), fato esse oriundo “muito menos à existência de emprego nas cidades que à persistência de uma estrutura agrária defeituosa na maior parte do território brasileiro” (p.40). Mas que fique claro, as transformações ocorridas nesse período desenvolveram a integração no sentido da expansão do controle do Capital e do Estado sobre o território e sobre as massas trabalhadoras do campo e da cidade, reproduzindo assim, sob novas técnicas (forças produtivas) e arranjos espaço-temporais, as “velhas estruturas sociais” (SANTOS, 2008, p.37).

Um dos primeiros episódios de conflito agrário de maior envergadura, fruto da política de “marcha para o Oeste” e de colonização agrícola, segundo Cunha (2007), será a revolta camponesa de Porecatu e a do Sudoeste do Paraná, ambas tendo origem na instauração da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), criada por

Getúlio Vargas no ano de 1943 em uma área de 350 mil hectares na região de Capanema, Barracão, Santo Antonio e Francisco Beltrão, e que criou altos fluxos migratórios especialmente de trabalhadores paulistas e nordestinos. Tal como Trombas e Formoso, esses conflitos no sul do país (especialmente a Revolta de Porecatu) tiveram ativa presença de militantes comunistas no armamento, organização e retaguarda do movimento camponês.

Em 1941 é fundada a Colônia Nacional Agrícola de Goiás (Cang) no meio-oeste goiano, mais especificamente na região de Ceres. Os objetivos econômicos e de povoamento tinham como pano de fundo a integração de Goiás à economia nacional, a ligação da região central do país com a Amazônia, e ampliação do mercado consumidor e produtor agropecuário (CUNHA, 2007).

Porém, segundo a análise do cientista político Cunha (2007), as instaurações das colônias agrícolas de povoamento e produção tinham não apenas uma função geopolítica para o Estado capitalista no sentido de proteção contra possíveis inimigos externos, tal como bradava a ideologia “nacionalista” das classes dominantes, mas a geopolítica se baseava na necessidade especial de contenção da luta de classes no campo, ou seja, os inimigos internos:

Concretamente, à época estava em gestação a política que viria a ser retomada e largamente utilizada pelos governos posteriores, que procurava o equacionamento do problema fundiário por meio de políticas de colonização, procurando manter inalterada a estrutura agrária vigente. O objetivo principal dessa política era aliviar as tensões que as correntes migratórias ocasionavam nos centros urbanos. (CUNHA, 2007, p. 154)

Essa política estatal de colonização, enquanto maneira de controlar as classes trabalhadoras do campo e da cidade é analisada por Ruy Moreira (1985) através do conceito de “fronteira em movimento”. Segundo Moreira (1985), a “fronteira em movimento” carrega consigo o movimento geográfico de territorialização – desterritorialização – reterritorialização do campesinato no interesse das classes dominantes de nosso país, e isso especialmente pelo fato de que impõe uma “contra-reforma agrária” que visa atenuar o conflito camponês nas áreas mais dinâmicas da economia capitalista, mandando o campesinato abrir novas fronteiras agrícolas na periferia agrária, para depois serem novamente expropriados (pois dificilmente conquistavam os títulos das terras) ou subjugados aos interesses do capital. Em ambos os casos o campesinato é desterritorializado, pois perde o controle efetivo sobre sua própria reprodução social. E em ambos os casos estão resguardados os interesses do Estado na integração nacional.

No caso de Trombas e Formoso deve-se acrescentar a peculiaridade de estar localizada a cerca de 300 km da construção de Brasília e às margens da futura rodovia Belém-Brasília, fatores que tornam o conflito “periférico” em “central”, no que tange ao acúmulo de tensões e interesses em jogo.

O cenário então estava formado para a eclosão dos conflitos agrários no estado de Goiás. A isso se somava o fato de que aos posseiros a caminho da Cang eram propostas condições que não foram cumpridas. Além disso, o crescimento populacional foi vertiginoso, passando de 900 habitantes em 1943 para 29.522 no ano de 1950. Com os problemas se acumulando na região, especialmente relacionados a falta de assistência e de apoio técnico (além do abandono por parte da administração e do governo), as possibilidades de empreendimentos econômicos cooperativos de camponeses foram a cada dia ficando mais inviáveis.

A região onde se localizava Trombas e Formoso era abundante em córregos, terras muito férteis, próxima à futura nova capital federal e as margens da rodovia Belém-Brasília. A área ficava no meio-norte do Estado de Goiás, mais precisamente “se estendiam da antiga Santana de Mochambambo, hoje Uruaçu, sede de comarca, até Porangatu, cem quilômetros ao norte” (ABREU, 1985, p.19). A área era “cortada em todos os sentidos por uma infinidade de cursos d’água, córregos e ribeirões perenes” (ABREU, 1985, p.16), sendo nas margens destes o local escolhido pelos camponeses para construir as casas e roças, já que durante os períodos de chuva as “terras marginais” se tornavam muito férteis.

Os posseiros que vieram a se instalar em Trombas e Formoso eram camponeses pobres e migrantes advindos de outras expulsões de terras. Eram homens, mulheres e crianças dos sertões da Bahia, do Ceará, do interior do Maranhão, do Piauí, e também de diversos pontos de Goiás, todos eles vinham fugidos da seca, da miséria e da exploração, vítimas do latifúndio. Porém, os posseiros que buscavam sua sobrevivência naquelas bandas do país mal sabiam que estavam no “olho do furacão”, construindo seus casebres e roças sob a pressão de interesses do Estado, grandes latifundiários e investidores estrangeiros.¹

¹ “Há, aliás, dados bem recentes sobre a existência de conexões internacionais no sentido de grilar terras devolutas na área de Porangatu na mesma época, quando houve a associação entre grileiros e seus tradicionais aliados (latifundiários, advogados, donos de cartórios, juizes, políticos etc.) e empresas americanas interessadas na área, fato esse denunciado posteriormente em uma CPI no Congresso Nacional” (CUNHA, 2007, p.168)

A eclosão e a organização da revolta em Trombas e Formoso

O conflito na região de Trombas e Formoso começa efetivamente no ano de 1950. Nessa época as terras já estavam sofrendo um forte processo de valorização: iriam fazer cerca de dez anos da instauração da Cang na região, a abertura da rodovia Belém-Brasília, e a própria construção de Brasília que já estava colocada no “horizonte” da geopolítica nacional. Todos esses fatores foram decisivos para ativar o processo de valorização fundiária e com isso as possibilidades de especulação e espoliação dos camponeses da região.

É com o intento mais agressivo de grilagem das terras por parte dos latifundiários que se inicia objetivamente o conflito na região. Segundo Cunha (2007), os fazendeiros atuaram nesse primeiro momento por meio de duas linhas de ação: a violência direta contra os posseiros, queimando as roças e casas, espancando os moradores e torturando mulheres e crianças; a segunda forma foi encaminhada paralelamente e consistia em atuar nas vias “jurídicas”, para grilar os títulos das terras devolutas e se passarem por legítimos proprietários.

Os camponeses, por sua vez, tentarão resistir até o ano de 1954 pela via da legalidade, buscando de todas as formas os títulos de propriedade. Nesse primeiro momento da “luta legal” (1950-1954) as duas principais lideranças foram José Firmino em Formoso e José Porfírio em Trombas. José Porfírio organiza os posseiros de Trombas de forma paralela à luta em Formoso, mas também segue uma via legalista de resolução dos problemas, tentando inclusive, segundo Cunha (2007), um acordo com os grileiros. Porém, em uma de suas viagens para Goiânia, a fim de conseguir o apoio do governo estadual e resolver trâmites jurídicos, José Porfírio recebe do próprio procurador do estado uma espécie de “salvo conduto” para a resistência armada, já que este admite a impossibilidade do governo em reprimir e prender todos os posseiros. Quando de sua volta da viagem, as coisas começam a mudar.

O primeiro contato dos militantes comunistas com a luta dos posseiros da região será em 1953, na área de Formoso, quando José Firmino recebe a visita de Geraldo Tibúrcio, um militante comunista residente da Cang. São enviados a partir desse momento alguns quadros comunistas para morar e viver na região a fim de organizar a luta (quadros quase inalterados no decorrer de todo o processo). São eles: Geraldo Marques, João Soares, José Ribeiro e Dirce Machado. Segundo Cunha (2007): “Esses militantes [...] vão se constituir no Núcleo Hegemônico (NH), o eixo político e

organizacional condutor do processo de luta na região” (p.171). Mas Firmino não irá permanecer na luta de Formoso por muito tempo, e de fato será José Porfírio a principal liderança camponesa a organizar a resistência a partir de 1954.

A revolta de Trombas e Formoso ocorre exatamente nessa conjuntura política que Cunha (2007) aponta como um “segundo momento” de atuação do PCB no estado de Goiás, marcado por uma guinada para o campo e para o trabalho de massas. Nesse momento, sob a orientação do “Manifesto de Agosto” e do IV Congresso, é quando ocorrem o I e II Congresso Camponês em Goiânia, em 1951 e 1952, ocasião em que é fundada a União dos Camponeses de Goiás (UCG) que em 1954 se tornará em União dos Trabalhadores Agrícolas de Goiás (ULTAG). Segundo Cunha (2007):

O segundo momento da história do PCB Goiás desenvolve-se entre 1950 e 1964, com especial ênfase para o trabalho de campo. Esse período de intervenção está associado à nova fase de expansão do capitalismo no campo e à colonização do norte do estado, onde o crescimento do partido pôde ser acompanhado por dois elementos importantes: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) e a construção da Belém-Brasília. (p.127)

Ao que tudo indica, a relação entre a linha insurrecional do Manifesto de Agosto e do IV Congresso e as condições objetivas e subjetivas para levá-la a cabo encontraram uma bem sucedida união, “tendo sido incorporada entusiasticamente pela militância de base particularmente nos locais de conflito resultantes do processo e agudização das frentes de expansão capitalista.”(CUNHA, 2007, p.132) Portanto, nessa primeira metade da década de 1950 a situação do PCB em Goiás será de articulação de núcleos e militantes em torno da preparação da revolução brasileira desde o campo. Analisava-se que a região teria um papel estratégico no processo revolucionário como foco detonador, tendo em vista o avanço e acúmulo da luta camponesa no estado de Goiás. Por essas e outras razões “o trabalho partidário tinha certas características militares, particularmente no reconhecimento de pontos estratégicos.” (CUNHA, 2007, p.158).

Contraditoriamente à política de luta armada e criação de territórios liberados, a partir de 1954 inicia-se a propaganda e as iniciativas de construção do sindicalismo rural, na sua feição “moderna” (Cunha, 2007, p.79), ou melhor, oficial e estatal. Existirá claramente uma diferenciação e conflito entre as duas propostas políticas. Não que a primeira linha negará completamente a luta reivindicativa, mas os métodos e formas de organização não apenas se diferenciavam mas também se opunham no plano estratégico. Nesse primeiro momento o conflito entre a política de sindicalização e a política insurrecional aparecerá mais como um conflito interno, mas com o tempo emergirá essencialmente como conflito com as Ligas Camponesas.

A transformação da situação para o conflito geral e aberto em Trombas e Formoso teve o seu estopim após a batida do grileiro João Soares, líder das ações contra os posseiros, acompanhado da polícia e dos seus jagunços na posse do camponês “Nego Carreiro”. Ocorre que havia saído um mandado liminar para reintegração de posse contra os posseiros. A partir de então, João Soares organizou uma “expedição” de jagunços e policiais para intimar os camponeses da decisão judicial, aproveitando para saquear suas colheitas.

Nego Carreiro se negou em pagar o arrendo, houve então um tiroteio no qual o sargento Nelson, que tomou a iniciativa contra o posseiro morreu baleado na testa e outro soldado foi ferido, ficando sem uma das orelhas. O restante da jagunçada e dos policiais fugiram desesperadamente, assustados frente a reação enérgica do camponês. Nego Carreiro fugiu. Desse momento em diante a região transforma-se em um campo de batalha.

O enfrentamento já era esperado pelas lideranças camponesas, e os preparativos para tal já estavam sendo tomados, tanto militarmente (treinamentos e aquisição de armas) quanto organizativamente (construção de uma associação)². As primeiras levas de armas começam a chegar em 1954. O próprio PCB já possuía um setor específico chamado “Trabalho Especial” que se constituía no Braço Armado do Partido. Esse setor teve atuação importante (técnica-logística, bem como de cursos militares, etc.) em vários processos de luta armada nesse período, e teve uma participação importante em Formoso.

Porém, a despeito de experiências anteriores dos comunistas e camponeses em confrontos com o aparato repressivo do Estado, a revolta em Trombas e Formoso teve uma série de particularidades. Os camponeses, por uma série de fatores, apresentaram uma grande capacidade de resistência, que os fez lutar por cerca de três anos (1955-1957), saindo vitoriosos ao final do processo. Nesse processo de luta, os camponeses ousaram confrontar na prática as concepções mecânicas do marxismo que viam no campesinato um sujeito individualista e pequeno-burguês, dando grandes demonstrações de coletivismo e avançando, ao ritmo da luta, a consciência política. Façamos então uma breve leitura sobre a estrutura guerrilheira sob a qual se garantiu a resistência dos camponeses:

² Abreu (1985) relata da seguinte maneira a forma como a notícia foi recebida pelas lideranças comunistas de Trombas e repassada para o resto do Partido: “Geraldo Marques, entusiasmado, mandou um lacônico bilhete para Goiânia: ‘Aqui já tem um de pé *pra riba*. Mandem armas’.” (p.68)

1) Conhecimento sobre o território: Os posseiros, tendo conhecimento profundo sobre o palco aonde ocorreriam o teatro de operações militares, souberam tirar grande vantagem disso, incorporando na estratégia de resistência uma concepção de guerrilha muito particular, que soube aproveitar muito bem as especificidades e características geográficas da área.

O conhecimento do território é decisivo para as forças em combate, especialmente para os grupos e classes sociais oprimidas, pois podem tirar grande proveito desse fator quando lutam sob a forma da guerra irregular (de guerrilhas) contra inimigos militarmente poderosos (potências imperialistas, exércitos regulares etc.).

2) Rede de comunicação ágil: A aplicação prática dos conhecimentos territoriais formará uma ágil rede de comunicação pela guerrilha camponesa. Além da função de transmitir orientações táticas, a rede de comunicação tinha também a função de agitação e propaganda. Através do líder estudantil secundarista Walter Valadares, que havia abandonado os estudos e a vida em Goiânia para aderir à guerrilha dos posseiros, chegou em Trombas um mimeógrafo, doado por uma organização estudantil. Ele foi muito útil para a produção de volantes da Associação, aonde as palavras de ordem eram distribuídas às bases. Além disso, toda essa rede de comunicação foi importante para manter mobilizado os camponeses frente a propaganda dos grileiros, que “sobreviviam a região, lançando milhares de volantes prometendo vingança implacável pelo morte do sargento e do filho de Antônio Campum” (ABREU, 1985, p.70-71).

3) Participação das mulheres: A originalidade da rede de comunicação guerrilheira em Trombas e Formoso estava na participação intensa de mulheres e crianças. Porém, o papel das mulheres não se esgotava na comunicação. A participação destas foi decisiva especialmente nos momentos mais tensos da luta “em que o quadro militar parecia prestes a desabar e os homens, que deveriam ficar na vigilância dos piquetes, vacilavam e o pânico chegava a tomar conta de muitos deles” (CUNHA, 2007, p.179). Nesses momentos da luta, as mulheres tomaram diversas vezes o papel destinado hegemonicamente aos homens e substituíram-nos de armas em punho nos piquetes e sistemas de vigilância. A camponesa Dirce Machado cumpriu um importante papel na organização das mulheres.

4) Confiança e identificação entre direção e base: Outro fator importante para a organização e vitória da luta armada foi a confluência de intensões e práticas das lideranças comunistas e da massa camponesa, e isso por uma postura peculiar tanto da

direção quanto da base: as lideranças com a linha política de construir a luta “de baixo para cima”, democraticamente, e os posseiros dispostos a resistir e lutar pela terra. Em uma entrevista com José Ribeiro, essa via de mão dupla e identificação entre direção-base é apresentada da seguinte forma:

Agora, a facilidade que teve aqui da gente organizar o povo é porque havia o espírito de revolta do povo aqui. O povo estava ameaçado, eles sabiam se não tomasse posição não tinha outra saída [...] nós trabalhávamos no cabo da enxada, da foice, do machado, fazendo cerca, carpindo roça, colhendo arroz, junto com o povo aqui, ombro a ombro, cada um tirou sua posse, seu pedacinho de terra. Eles viram nós também como camponês igual a eles. Não viemos aqui como corpo estranho aqui. Vocês fazem isso, fazem aquilo. Não, aqui nós viemos pra cá viver a vida aqui, ombro a ombro, comer o feijão com arroz, às vezes sem sal, às vezes sem manteiga, passar fome junto com eles, [...] viver a vida junto com eles aqui e por isso nós ganhamos a confiança deles... (CUNHA, 2007, p.181)

5) Manutenção da produção através do “Mutirão”: No decorrer do período de conflito armado os camponeses precisavam igualmente se alimentar, e a utilização de um sistema particular de trabalho coletivo foi fundamental. Para isso não foi necessário a imposição “de cima para baixo” de qualquer sistema coletivizado, e sim “(...) o aproveitamento comunitário tradicional existente entre os camponeses para a formação de mutirões no desempenho de várias tarefas” (CUNHA, 2007, p.181). Dessa forma, os mutirões, como característica particular de apoio mútuo do campesinato brasileiro, se apresentaram de maneira central para a resistência em Trombas e Formoso.

6) Rede de solidariedade como retaguarda do movimento: No desfecho do conflito armado a eficiente política de resistência guerrilheira na vanguarda somada à política de retaguarda, que consistia na propaganda e agitação nas cidades, nos jornais, nos meios políticos e intelectuais, ou seja, de disputa da sociedade, veio a ser um instrumento de pressão importante para impedir uma possível “*invasão em larga escala das tropas do governo do estado de Goiás*” (CUNHA, 2007, p.173). A mobilização popular rompeu os limites e o isolamento do campo e angariou a solidariedade de estudantes, trabalhadores, intelectuais.

Em 1954 ocorreu a primeira grande batalha em Trombas, a Batalha de Tataíra, na qual camponeses, em menor número, derrotaram as forças policiais, impondo-lhes não apenas uma derrota no campo tático/militar, mas também uma derrota moral/ideológica que terá grandes repercussões. Os camponeses ao expulsarem os soldados, declararam a região “território livre” e proibiram a entrada de soldados e pistoleiros:

Pouco tempo depois, ocorre o principal confronto armado, a Batalha de Tataira. Apesar de seu pequeno número, os posseiros acantonados em um piquete forçaram o recuo de um grande número de soldados. Esse fato teve um forte impacto psicológico, já que se espalhou pela região que os posseiros tinham “uma força incalculável”. (CUNHA, 2007, p. 182)

Portanto, frente a necessidade do conflito armado contra o latifúndio e o Estado para poder garantir suas posses, no decorrer deste conflito os camponeses acabam por alcançar um alto grau de mobilização e organização. Frente aos grandes desafios e grandes inimigos, os camponeses em sua decisão de permanecer na terra são obrigados a se elevar também igualmente como força real e superior no conflito. Apesar de todas as dificuldades, os camponeses logram o controle efetivo do território.

No decorrer do próprio processo de conflito é que os sujeitos em combate vão destruindo velhos mandonismos e criando novas relações e novos instrumentos de organização, identidades, enfim, poder político e econômico. É nesse processo que surge a Associação e os Conselhos de Córregos, autênticas expressões do novo poder popular da região.

A Associação dos Lavradores e os Conselhos de Córregos

Com o processo intenso de mobilização dos camponeses, é fundada em 1955 a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, tendo José Porfírio na presidência e José Ribeiro como primeiro secretário. A associação, surgida no calor dos combates armados e sendo um elemento dinamizador fundamental para a vitória da guerrilha, irá se utilizar da trégua para aprofundar o trabalho de organização dos posseiros: “A partir desse momento, com o efetivo controle de toda a área pelos posseiros e o total abandono pelo governo do estado de Goiás, a Associação é o governo em toda a região, bem como o poder real do território.” (CUNHA, 2007, p. 207-208)

Após a vitória parcial da guerrilha camponesa a Associação passa a controlar efetivamente o território, contando nesse período com a filiação e contribuição de cerca de 90% dos camponeses de Trombas e Formoso. A Associação, no entanto, possuía duas bases fundamentais no exercício do controle sobre o território: **1) A organização de base, ou seja, os Conselhos de Córregos; 2) A democratização do aspecto jurídico-militar**, ou seja, o armamento geral das famílias camponesas e a transformação de cada “cidadão” em “soldado”, bem como a resolução dos problemas internos (crimes, desafetos, etc.) através dos Conselhos de Córregos, democraticamente eleitos.

Com a vitória dos posseiros, tantos os grileiros e seus jagunços quanto os funcionários do governo das mais diversas áreas civis e militares abandonaram a área de Trombas e Formoso. Porém, segundo o relato de Sebastião de Barros Abreu, esse “abandono” por parte do poder público não foi tido como motivo para tristeza ou indignação, pelo contrário, o teórico traz a importante reflexão de que

Naquela época, as pequenas vilas do interior só se apercebiam da existência do governo através da opressão policial e da pressão fiscal. Governo eram, apenas, o subdelegado de polícia, geralmente analfabeto, corrupto e arbitrário, quase sempre a serviço dos fazendeiros ricos, e o coletor de impostos. (...) A ausência dos funcionários do governo causava assim mais alívio do que apreensão. (ABREU, 1985)

Frente a esse aparente “vazio de poder”, ou melhor, frente a desterritorialização do Estado e do capital, os Conselhos de Córregos emergem como a maior expressão do novo poder político dos camponeses sobre o território. Eles carregam consigo elementos muito ricos de continuidade e inovação no que tange as propostas históricas de conselhos oriundas das revoluções populares desde o século XIX. Ao passo que mantém a estrutura básica de um poder efetivo das massas por local de trabalho e moradia, de baixo para cima, se adapta às condições geográficas e culturais da região. Sendo esta característica natural (os diversos córregos cortando a região) um elemento determinante para a reprodução da vida e da cultura local, os córregos são verdadeiras centralidades no campo, modelando possibilidades e limites territoriais dos camponeses.

O Conselho enquanto instância política que não separa o “mandar” e o “obedecer”, o poder legislativo e executivo, o trabalho manual e intelectual, ou seja, um poder político não separado da vida social e econômica dos próprios produtores das riquezas, deve estar localizado geograficamente o mais próximo o quanto for possível das massas trabalhadoras. Os Conselhos de Córregos, nesse sentido, não foram algo imposto de cima para baixo, uma mera tentativa de fazer valer uma organização de tipo-Soviete no norte de Goiás. Tampouco é desconectada de toda essa tradição socialista, haja vista que nos mais diversos contextos de lutas revolucionárias os povos lograram constituir organismos de base de tipo-Soviete.

Para entendermos o funcionamento dos Conselhos de Córregos considera-se importante então evidenciar alguns dados bem como fornecer um panorama da estrutura dos Conselhos de Córregos dentro do sistema geral de autogoverno dos camponeses. Primeiramente, os conselhos tiveram sua origem intimamente ligada à prática do mutirão. Além de o mutirão ter sido um meio através do qual se sustentou a resistência armada, bem como teve continuidade após a resistência como prática corrente de

produção comunitária, ou seja, existiu antes, durante e depois do conflito armado, em cada uma dessas fases o mutirão foi uma parte do processo geral da reprodução da vida camponesa, sendo que em cada uma dessas fases cumpriu um papel relativamente diferenciado.

Nesse sentido os Conselhos de Córregos surgem como criações autênticas da união dos camponeses (primeiramente nos tradicionais mutirões, logo como expressão política nos conselhos em si), organizações onde não havia mandonismos nem exploração da força de trabalho. À igualdade econômica e ao cooperativismo camponês eram retribuídas formas de autogoverno e deliberação coletiva. O político e o econômico se fundiam no conselho. Cunha (2007) também faz uma interessante retrospectiva das características gerais do surgimento dos Conselhos:

No princípio, os Conselhos de Córregos surgem com essa denominação em razão de a região possuir um grande número de córregos onde o moradores fixavam posses e faziam suas casas, em geral próximas umas das outras com fundo para um córrego. A utilização comum desses locais, fosse para a lavagem de roupa fosse para outras atividades afins, como banho ou busca de água, aliada ao tradicional cooperativismo do campesinato, veio a ser um instrumento fundamental de consolidação da resistência, união e mobilização dos posseiros. Nos momentos de luta, era a linha de frente de combate, mobilizando, informando e discutindo as resoluções da Associação. (p.200)

Segundo um estudo pioneiro de Maria Esperança (1988), no período de 1955 e 1957 formaram-se 25 Conselhos de Córregos, frente aos quais a Associação possuía um caráter meramente executivo. Os conselhos mais dinâmicos eram: Sapato, Ribeirão de Onça, Santa Tereza, Cristalino, Riacho Fundo, Trombas, Formoso, Coqueiro, Morro dos Campos, Bonito, Paulista, Cafundó. (CUNHA, 2007, p.204 e 205)

Os Conselhos de Córregos possuíam um papel central na organização da resistência e da vida nas devidas áreas sobre seu controle, as principais funções desempenhadas pelos Conselhos foram: vigilância; assentamento de novas famílias; averiguação dos novos moradores e se necessário expulsão dos mesmos; treinamento para uso e manejo de armas; e através do Conselho de Córregos que se desenvolvia o rápido sistema de informação que, segundo Maria Esperança (1988), possibilitava o conhecimento geral de toda a região em 48 horas (através especialmente da participação das mulheres e crianças).

No entanto, os Conselhos de Córregos, enquanto organizações de base, necessitavam igualmente de organizações gerais, ou seja, que os unificassem em ações e interesses comuns. Em Formoso e Trombas existia a Associação de lavradores e o Conselho Geral, sendo este último com poder de deliberação superior à Associação.

As reuniões do Conselho Geral eram realizadas em Trombas de dois em dois meses³. Em cada córrego se elegia 3 representantes/delegados, e estes por sua vez possuíam mandatos imperativos e revogáveis, ou seja, os camponeses iam ao Conselho Geral representando não os seus interesses particulares senão aqueles definidos pela sua base, nos córregos: “as decisões eram precedidas de discussões e debates” (CUNHA, 2007, p.201). As decisões voltavam as bases de forma a ser encaminhada democraticamente por cada Conselho de Córrego: “Nesse sentido, eram encaminhadas as decisões a toda a região, mas com um aspecto particular, de respeito às especificidades de cada Conselho em sua área de influencia.” (CUNHA, 2007, p.201). Nesse sentido, ao que indicam os materiais pesquisados, o Conselho Geral e a Associação estavam longe de se constituir em órgãos burocráticos deslocados dos interesses dos camponeses, nem se beneficiavam economicamente nem forçavam os posseiros a obedecer seus “próprios” interesses.

Rui Facó *apud* Cunha(2007), em uma série de estudos e reportagens, aponta que em 1961 os posseiros da região estavam organizados em 25 Conselhos de Córregos e 3 Associações de Lavradores: a Associação de Formoso e Trombas, a Associação de Serra Grande e a Associação de Rodovalho. Essa posterior subdivisão das associações acompanham o processo de adensamento populacional em Trombas e Formoso, já que no início da década de 1960 já possuía cerca de 20 mil posseiros (segundo dados de *O Movimento*⁴).

A via pacífica, a aliança com a burguesia “nacional-progressista” e a ditadura civil-militar

Zé Porfírio estava profundamente amargurado porque fora vaiado num congresso de camponeses realizado em Belo Horizonte. Procurei ser gentil, dizendo algumas palavras de conforto [...] Em todo congresso há sempre uma minoria radical que quer ver o circo pegar fogo. O líder camponês me olhou com um sorriso triste e desabafou: as vaias foram justas e merecidas. Num momento em que os fazendeiros estão se armando abertamente para impedir as reformas de base, não se pode defender a constituição apenas com palavras. O golpe vem aí e nós seremos massacrados. Estou chateado – prosseguiu – porque fizeram de mim um boneco. Eu queria denunciar o golpe em marcha, apelar para o povo se armar e organizar a resistência, mas os promotores do congresso me pediram que fizesse um discurso água com açúcar, falando em paz quando a guerra está declarada, falando em legalidade quando metralhadoras e fuzis são estocados pelos latifundiários nos porões das associações rurais. Mas eu era convidado e não podia fazer essa desfeita aos organizadores do congresso. Mereci as vaias. (CUNHA, 2007, p.248)

³De acordo com o relato de um camponês (CUNHA, 2007, p. 201).

⁴*O Movimento* era um jornal publicado por militantes do Partido Comunista. (CUNHA, 2007)

Com a eclosão da revolta de Trombas e Formoso no início da década de 1950, a necessidade de apoio para a luta armada, para a mobilização de solidariedade aos posseiros, abafaram momentaneamente os conflitos campo-cidade e base-direção internos à estrutura partidária do PCB em Goiás, conflitos estes que vieram a ficar cada vez mais claros após o equacionamento da luta armada em 1956. A liderança camponesa Dirce Machado relata esse conflito entre a base e a direção, e demonstra que este também se apresentava como conflito campo-cidade:

Eu acho o seguinte. A maioria dos quadros do Partido toda vida tinha um negócio seguinte, fazer de cima pra baixo seus problemas, não é como fizemos aqui de baixo para cima, nós viemos pra cá viver a vida aqui, viver a luta aqui, viver todos os problemas aqui. Importante que se tivesse extraído a lição daqui para outros lugares, mas é que vamos analisar quem são os quadros na maior parte. São da alta burguesia, pessoas que não tem nada a ver com o campo. Pega um jornalista acostumado só no centro da cidade, um filho de médico, uma pessoa da alta sociedade mesmo, companheiros de boa índole, de boa intensão, verdadeiro comunista. Põe ele pra viver lá no campo ele não sabe patavina, ele não sabe viver a vida no campo. Fica completamente destoadado. (CUNHA, 2007, p.125)

Esses conflitos base-direção e campo-cidade foram contornados em Trombas e Formoso com a incorporação de táticas flexíveis de acordo com a realidade da luta, já que não poucas vezes o Comitê Central do PCB definia questões à revelia das bases. O núcleo de Trombas e Formoso foi um dos que mais exerceram positivamente essa autonomia relativa para a ação local. Segundo Cunha (2007): “É por essa razão que em muitas ocasiões aconteceram políticas de intervenção à revelia da orientação partidária regional e até mesmo nacional nos movimentos camponeses no estado.” (p.133)

O conflito partidário existente em Goiás se desenvolveu de fato em duas concepções de Partido e foi se acentuando ao longo do tempo. Um fator detonador do conflito foi o período pós-luta armada em Trombas e Formoso e que coincidirá com a abertura do “relatório de Kruschov”.

No momento em que é realizado o V Congresso do PCB (1960) muitos militantes camponeses do partido acreditaram que haveria uma linha política que privilegiaria o campo como arena de atuação revolucionária, deliberando, nesse sentido, uma ação mais radical. E isso tendo em vista que “ainda que naquele momento a luta de Formoso apontasse para um equacionamento político, o campo goiano, a exemplo de outras regiões do País, entrava em convulsão” (CUNHA, 2007, p.147), porém, frente a todo esse cenário o PCB aprofunda a linha política das Declarações de Março de 1958, abdicando do papel de articulador destas lutas camponesas combativas.

A aplicação da Declaração de Março de 1958 e do V Congresso tiveram como consequência um giro da atuação para o sindicalismo oficial urbano e rural, em detrimento da política de luta pela terra e pelo território. A política do sindicalismo oficial será acompanhado por uma adesão do PCB de Goiás à institucionalidade burguesa, mais especificamente assumindo cargos no governo de Mauro Borges.

Com a vitória dos camponeses de Trombas e Formoso e a temporária trégua da burguesia, inicia-se, portanto, esse processo de modificação da linha partidária que irão trazer esses conflitos para o âmbito interno (já que os conflitos externos, com a burguesia, estavam momentaneamente equacionados). A tentativa de enquadrar o “território livre” dentro dos marcos legais do Estado, da disputa eleitoral e da aliança com a burguesia “nacional-progressista” terá consequências, tal como a emancipação do município, a incorporação do Partido Comunista ao governo estadual de Mauro Borges, eleito em 1960, e a eleição de José Porfírio como deputado estadual em 1962.

É nesse processo de integração sistêmica, ou seja, de se assumir como força política componente das disputas internas ao bloco de poder controlado pela burguesia e latifundiários, que a direção do PCB irá obviamente abdicar da linha de confronto aberto e direto contra o Estado. Isso terá uma consequência direta sobre o papel estratégico a ser cumprido por Formoso e Trombas na “revolução brasileira”: a direção do Partido Comunista assume a responsabilidade de não apoiar mais revoltas camponesas, não apenas no Goiás, mas a nível nacional.

Portanto, a direção do PCB assume uma política de natureza isolacionista de Trombas e Formoso frente a outras iniciativas de revoltas operárias e camponesas no Brasil. Ocorre que naquele momento, “não somente em Goiás, como no restante o País, o campesinato emergia em cena” (CUNHA, 2007, p. 223). Não apenas a guerrilha de Porangatu emergia “no nariz” dos posseiros de Formoso, como as próprias Ligas Camponesas passavam a montar bases de treinamento guerrilheiro em Goiás, e a luta camponesa avançava no Brasil inteiro (especialmente no Nordeste , através da organização das Ligas).

É exatamente nesse momento que as Ligas aparecem como autênticas representantes dos anseios camponeses por terra e liberdade, sem estabelecer compromissos com o Estado capitalista que, de acordo com sua concepção, a faria capitular frente às tarefas necessárias para o avanço da organização e luta camponesa. Portanto, as Ligas “(...) aparecem com uma proposta diametralmente oposta à via

pacífica do PCB, tendo por palavra de ordem ‘reforma agrária na lei ou na marra, com flores ou com sangue’” (CUNHA, 2007, p. 106).

O período pré-Golpe militar de 1964 é um momento onde os conflitos internos (entre as correntes do PCB) e externos (entre PCB e as Ligas, e destes com a burguesia) estão em níveis extremamente acirrados, todos eles colocados à prova na realidade concreta da luta de classes.

O golpe militar de 1964 coloca por terra toda a política de colaboração de classes do PCB, e da forma mais trágica demonstra “quem realmente é” a dita burguesia nacional. Essa concepção estapista se revelou ilusória e catastrófica, exemplarmente no caso do Partido Comunista em Goiás e em Formoso e Trombas. Como disse anteriormente, havia uma participação e compromisso dos comunistas no governo de Mauro Borges, como uma verdadeira política “progressista”. Porém, com a emergência e as primeiras notícias do Golpe Militar em 1º de Abril de 1964, “esperava-se mais uma vez uma favorável iniciativa antigolpista de Mauro Borges e até uma certa confiança de que o golpe seria derrotado” (CUNHA, 2007, p.277). Os comunistas chegaram a cogitar a transferência da sede do Executivo para Trombas de onde Mauro Borges organizaria a resistência. A ilusão não poderia ter sido pior. O governador, ao qual o Partido Comunista apoio fervorosamente e do qual participou do governo, não apenas não participou de qualquer resistência como declarou imediata adesão ao Golpe Militar. A nível nacional a ilusão colaboracionista também era reeditada com o exílio de João Goulart.

O PCB definiu sua atuação de resistência armada em completa dependência frente a determinadas personalidades da política burguesa. Frente a essa negativa da resistência por parte das personalidades “progressistas” a política comunista estava paralisada, não havia capacidade de resistência imediata. Não porque as “condições objetivas” estavam dadas nesse sentido, mas porque toda a política do partido foi orientada para não prepará-la de forma efetiva anteriormente (política, militar e ideologicamente). Mais uma vez, no pré e pós-golpe militar, a luta popular entrará na cena histórica e deixará os partidos para trás, e serão as marchas estudantis e camponesas que irão ser a grande resposta a ditadura.

Com a primeira invasão militar na região de Trombas e Formoso logo após o golpe de 1964 a Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos, instrumentos de poder democrático dos camponeses, são desmantelados, e um interventor é nomeado para a prefeitura do município: é a liberdade substituída pela autoridade estatal. Os

impactos são destruidores para a organização e o trabalho militante que se desenvolveu por cerca de uma década naquela região.

A segunda invasão militar, intitulada de “Operação Mesopotâmia”, ocorre no ano de 1971, com a descoberta da guerrilha do Araguaia e a prisão de Zé Porfírio. A invasão foi extremamente violenta, torturando e prendendo dezenas de camponeses e antigos militantes comunistas. A política de segurança nacional da ditadura, que naquela época enfrentava a guerrilha do Araguaia, era das mais agressivas: destruição completa de qualquer resistência e resquício da militância comunista. Porém, o trabalho do aparato repressivo era, obviamente, sempre acompanhado do trabalho do aparato ideológico, e a mídia cumpria muito bem esse papel:

No curso da intitulada “Operação Mesopotâmia”, a imprensa nacional anunciou com alarde a “Incrível história de um país russo no Brasil” e o fato de que “Goiás abrigou durante 11 anos um Estado Comunista”, bem como a prisão das principais lideranças (...) e a descoberta de um sofisticado arsenal de armas. (CUNHA, 2007, p.280)

No Brasil toda a repressão ditatorial contra o campesinato teve proporções de guerra. Ela atingiu não apenas lideranças, mas milhares de famílias camponesas em todas as regiões do país. E tinha por objetivo muito claro a contensão das lutas populares, seja no campo ou na cidade, porém, com uma clara centralidade para a luta camponesa que se expandia em proporções jamais vistas.

Após as invasões a Trombas e Formoso, a modernização conservadora, via repressão e incentivos governamentais, foram invadindo, transformando a região e expulsando os camponeses:

Ao longo dos anos seguintes, não houve nenhuma atividade política de esquerda organizada em Formoso e Trombas, e o silêncio perdurou por muito tempo, e muitos expoentes originários daquele processo fugiram, sem mais retornarem. O processo de concentração fundiária foi se alterando e são muito poucas as pequenas propriedades e menor ainda o grupo de posseiros do período de 1950. (CUNHA, 2007, p.281)

Como os movimentos socioterritoriais camponeses de 1950-60 não conseguiram se alçar como movimentos nacionais com a capacidade e um projeto estratégico de destruir o poder hegemônico exercido pelo Estado, se manteve como uma particularidade territorial cercada pela totalidade do sistema. Cedo ou tarde o conflito velado se tornaria aberto, tendo em vista o caráter social e antagônico da luta de classes. A possibilidade de “coexistência pacífica” apenas poderia beneficiar a recomposição de forças do Estado e geração de uma profunda ilusão nas massas camponesas.

Fica então marcada mais uma página da história brasileira, marcada pelo sangue dos vários combatentes reconhecidos ou anônimos, que libertaram o território de Trombas e Formoso, primeiramente da ditadura dos latifundiários, e que se viram isolados e impotentes frente ao golpe que restabeleceu a dominação do “novo latifúndio”, do agronegócio, sobre a mesma região que outrora foi livre. O solo para o plantio das roças, a terra distribuída igualitariamente, o território das batalhas camponesas, hoje estão novamente cativas, mas estão também regados pelo sangue daqueles que ousaram viver em liberdade. A semente ainda está plantada. Caberão as novas gerações se levantarem, e junto ao peso de todas as gerações passadas de camponeses colher os frutos das novas batalhas que virão.

O conflito campo-cidade e base-direção como parte de uma análise anarquista da revolução brasileira

Articulados pela análise teórica anarquista as lutas camponesas no Brasil possuem uma outra perspectiva histórica. As respostas frente aos desafios compreendidos nesse artigo são diferentes da atual esquerda hegemônica nos movimentos sociais e na própria academia. As respostas são diferentes obviamente pois as perguntas também são diferentes. Os principais conflitos internos e externos a luta camponesa, o conflito campo-cidade e base-direção, são intimamente articulados na crítica anarquista do papel a ser cumprido pelo campesinato no processo de transformação da sociedade. Para vejamos as posições mais proeminentes no movimento social, defendidas por Mikhail Bakunin.

O anarquista russo Mikhail Bakunin (1814-1876), rompendo com as tradições comunistas e jacobinas de seu tempo que viam na ação do Estado operário contra os camponeses (ou do terrorismo das cidades contra o campo) o método de resolução dos problemas históricos da transição para o comunismo, será um dos primeiros teóricos e militantes revolucionários a propor a aliança entre operários e camponeses como um elemento chave para o triunfo da revolução social.

Se para Marx os camponeses possuem uma contradição com o socialismo/comunismo baseado em suas condições materiais de existência, podendo estas serem superadas pela ação do Estado, para Bakunin são exatamente as condições materiais de existência dos camponeses, fruto unicamente do seu trabalho produtivo e inteligente, que estabelecem as condições de aliança com os trabalhadores da cidade.

Segundo Bakunin: “Enfim, sendo trabalhadores, eles só estão separados dos trabalhadores das cidades por preconceitos, não por interesses” (1975, p.116). Portanto, para Bakunin as divisões entre os camponeses e os trabalhadores urbanos se verificavam no plano dos preconceitos, ou seja, “que a consciência de um produzia acerca do outro imagens que impediam a unidade que do ponto de vista econômico e social era óbvia” (FERREIRA, 2010, p.15). Por sua vez, tais preconceitos gerariam uma reação dos camponeses na forma de ódio contra as cidades:

O operário das cidades, mais esclarecido do que o camponês, despreza-o muitas vezes e fala dele com desdém muito burguês. Mas nada faz tanta cólera como o desdém e o desprezo – o que faz com que o camponês responda ao desprezo do trabalhador das cidades com seu ódio. (BAKUNIN, 1975, p.113).

Mas de onde surgiria tais preconceitos e divisões entre trabalhadores urbanos e camponeses? O revolucionário russo, em “Alemanha e o comunismo de Estado” (2000), apresenta uma concepção importante sobre a origem histórica desses preconceitos e desse falso antagonismo fundada em uma concepção espaço-temporal, baseada na separação histórica entre campo e cidade:

Esta tendência dos operários das cidades de formar uma nova aristocracia, uma nova classe dominante ou política, é-lhes, infelizmente, inerente em mais ou menos todos os países do ocidente da Europa. **Desenvolveu-se durante séculos, pela separação que se deu sucessivamente na história entre o desenvolvimento relativamente muito mais rápido das cidades e a estagnação relativa dos campos. Agravou-se através da influência que a burguesia exerceu sobre o proletariado das cidades e pela participação direta deste último em todas as evoluções da política burguesa até os dias de hoje. Resultou dela, entre os trabalhadores do campo e os trabalhadores da cidade, uma aparência de antagonismo de interesses. O antagonismo real jamais existiu, [...]** e esta aparência fortaleceu-se pela vaidade tola e burguesa dos operários das cidades; na maior parte dos países da Europa ocidental, os operários das cidades imaginam que, do alto de sua suposta instrução, têm direito de desprezar a ignorância dos camponeses. (BAKUNIN, 2000)

Fica claro nesta passagem, portanto, que na teoria de Bakunin os camponeses e operários sofrem incidência social da divisão territorial do trabalho através da separação histórica entre campo e cidade (também entre países centrais e periféricos, etc.), sendo que, nesse processo de desenvolvimento desigual e combinado, gerou-se uma falsa imagem de antagonismo entre ambas as frações trabalhadoras, e que na realidade da luta de classes e no processo de trabalho, ou seja, econômica e socialmente, é inexistente. Os operários urbanos, pelo contato com o mundo burguês e “civilizado” (e especialmente com as teorias que defendiam a revolução política-estatista e burguesa enquanto fator progressivo e inevitável na história) acreditaram serem convocados a “colonizar” ou

apoiar a colonização de povos do campo e países agrários. Daí a profunda interligação teórica e política entre a posição anti-colonialista e a defesa do campesinato em Bakunin (exatamente o contrário de Marx). No processo dialético de ação-reação entre o dito “mundo civilizado” e os “bárbaros e camponeses” o elemento progressista do ponto de vista histórico da liberdade (e, portanto do socialismo) são os povos periféricos e “bárbaros” explorados e oprimidos pelo Estado/Capital.

Portanto, o que podemos identificar de maneira preliminar nesse artigo é que segundo a teoria anarquista o campesinato é visto com capacidade de ação política, tanto quanto os trabalhadores urbanos e outros setores sociais. Ocorre que a ação camponesa é vista de maneira diferente pelas teorias comunistas e marxistas, tal como pudemos ver no caso do conflito de Trombas e Formoso. O conflito campo-cidade e base-direção emerge, no caso desta revolta camponesa como um único conflito, já que a “direção” do processo político cabia à “cidade”, e o papel do campo era de submissão.

A teoria anarquista nos propicia repensar as lutas camponesas não como rememoração de um passado que deve ser esquecido ou superado pelo “urbano-industrial”, mas como um novo futuro possível que buscou a sua efetivação por duras lutas e combates de camponeses, indígenas, ribeirinhos, etc. Para isso teve que lutar não apenas contra o Estado e o capital, mas contra as próprias direções políticas e intelectuais que limitaram suas potencialidades.

Infelizmente muitos teóricos marxistas em grande medida confluíram junto com intelectuais liberais e conservadores para relegar as lutas camponesas ao esquecimento, para a perda da memória coletiva em relação as suas realizações e vitórias, para a perda de sua importância nas definições políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira atual. A história dos camponeses é a história dos marginalizados. Daqueles que da periferia, de baixo para cima, em determinados momentos do conflito histórico-social tomam o centro da arena política e abalam as relações de poder (inclusive da própria “esquerda”). A teoria anarquista então contribui para repensarmos a maneira de estudar a história e o presente das lutas camponesas, não mais dos centros para as periferias, não mais das direções para as bases, não mais das cidades para os campos, e sim precisamente pelo caminho inverso.

Bibliografia

ABREU, Sebastião de Barros. **TROMBAS – A Guerrilha de Zé Porfírio**. Brasília: Goethe, 1985.

BAKUNIN, Mikhail A. **Cartas a um francês sobes lacrisisactual (1870)**. Obras Completas, Tomo I. Editora La Piqueta, Barcelona, 1938.

_____. L'Allemagne et Le communisme d'Etat. In: **CD-ROM Bakounine**, Oeuvres Completes, IHS de Amsterdam, 2000.

_____. **Conceito de liberdade**. Porto: RÉS limitada, 1975.

CARNEIRO, Ana. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos** / Ana Carneiro; Marta Cioccarri; – Brasília: MDA, 2010.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu longe demais – A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)**. São Paulo UNESP, 2007.

_____. Trombas: um ensaio revolucionário. In: **Lutas camponesas contemporânea: condições, dilemas e conquistas**, vol. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 / Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). – São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea**. Anais. Seminário do trabalho: trabalho, educação e sociabilidade (24 a 28 de maio 2010). Marília, SP: UNESP, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes, n°2, 1999.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 21-71.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil – estudos sobre sociedade e espaço.** Vozes, Petrópolis, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 2ª Edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1983.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O BRASIL: Território e sociedade no início do século XXI.** 10ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 2008.

STEDILE, João Pedro. **História e natureza das ligas camponesas – 1954-1964.** Expressão Popular, 2006.